

Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo

Karen Macknow Lisboa*

Resumo: A preocupação do presente texto é investigar as diversas imagens que se formam sobre o imigrante de cultura “germânica” no Brasil em escritos de emigrantes e viajantes de língua alemã entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Tendo como pano de fundo a ascensão e queda do imperialismo alemão do final do século XIX até o início do Terceiro Reich, discute-se como as questões identitárias se apresentam nesses escritos, focando os temas do nacionalismo, germanismo e do teuto-brasilianismo.

Palavras-chave: Migração alemã, livros de viagem, germanismo, teuto-brasilianismo

Abstract: This essay deals with the different views held by german speaking immigrants and travelers about german immigrants in Brazil at the end of the 19th century and early 20th.

Considering the context of the rise and fall of German imperialism at the turn of the century up to the beginnings of the Third Reich, we discuss questions about the construction of identities, nationalism, germanism and german-brasilianism.

Keywords: German migration, travel writings, germanism, german-brasilianism

“Outrora viajei países imaginários, fáceis de habitação, ilhas sem problemas, não obstantes exaustivas e convocando ao suicídio”.
Carlos Drummond de Andrade, “Mundo grande”.

Introdução

No contexto do neo-colonialismo do século XIX, a Alemanha, em virtude de sua unificação tardia¹, ocupou no concerto das nações um papel menos influente em relação ao Brasil. Não é preciso lembrar que o Império britânico sucedido pela França despontaram como as grandes forças hegemônicas que dominaram política e economicamente vastas partes do mundo, entre elas, a do Império do Brasil. Apesar desta hegemonia, as relações entre o Brasil e o mundo de cultura “germânica” foram presentes ao longo do século XIX e XX adentro. Um marco inicial desse contato se deu pelo casamento do príncipe regente Pedro I com a arquiduquesa Leopoldina da casa de Habsburgo, que implicou um estreitamento nas relações comerciais, políticas e culturais entre os dois mundos.² Para além desse estreitamento que resultou numa larga produção de livros e estudos sobre a natureza, a sociedade e a cultura no Brasil, o casamento dos Braganças com os Habsburgos motivou o interesse em trazer emigrantes “alemães” ao Brasil.³ Depois de algumas tentativas malogradas, em 1824, aporta no sul do país a leva de imigrantes do Hunsrück e de outras regiões da Alemanha, lançando a pedra fundamental da futura São Leopoldo e da imigração alemã no Brasil. É importante lembrar que o contingente de imigrantes alemães compõe o primeiro grupo étnico europeu não português que se estabeleceu no país. Para uma massiva imigração de súditos de outras nações européias foi necessário aguardar até mais ou menos 1870. Ou seja, nesse sentido, os “alemães” dominaram o cenário da imigração por quase meio século, compartilhando posteriormente a sua presença com outras nacionalidades até a década de 1930, quando o Brasil dificulta a entrada de imigrantes⁴.

É interessante notar que, no momento em que a Alemanha se apresenta no contexto europeu como ascendente nação, após a vitória da Guerra Franco-Prussiana, e assim luta pelo seu lugar entre os domínios extra-europeus, ela perde, por assim dizer, a sua especificidade como único grupo não português imigratório no Brasil. E é nesse contexto que as colônias de emigrantes alemães são vistas por muitos observadores através de uma lente imperialista.

* Professora de História do Brasil da Universidade Federal de São Paulo. Email: lisboa@unifesp.br

¹Até 1871, não se pode falar a rigor da “Alemanha” como estado-nação. Até a unificação nacional alemã, conduzida pelo chanceler da Prússia, Otto von Bismarck, e a proclamação do segundo Reino alemão (1871) após a vitória da guerra franco-alemã, tendo Guilherme I da Prússia como imperador, o termo “alemão” refere-se aos súditos do Sacro Império Romano (desde o século X) das Nações Alemãs (século XV/XVI até 1806) e depois à União Alemã.

²O séquito da arquiduquesa integrava uma missão científica, representada por naturalistas e estudiosos, cujo objetivo era investigar o país. Desta missão também participaram os naturalistas bávaros Spix e Martius, cujos estudos contribuíram para a formação de um campo de pesquisas em idioma alemão sobre o Brasil. O que se observa ao longo do século XIX é a profusão de viagens exploratórias realizadas por viajantes oriundos de regiões de língua alemã, em sua grande parte apoiadas e financiadas por academias científicas, museus e por iniciativa própria. A esse respeito, ver LISBOA, Karen M.. *A nova Atlântida de Spix e Martius. Natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo, Hucitec/Fapesp. 1997, cap. I.

³G. Seyferth refere-se à predominância de alemães nos primeiros projetos colonizadores como resultado de uma “presença influente de indivíduos de ascendência germânica junto ao Governo imperial brasileiro (...)”, SEYFERTH, Giralda. “A colonização alemã no Brasil” in FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina*, São Paulo, Edusp. 1999, p. 277.

⁴ De fato, em termos numéricos a imigração “alemã” (dependendo do critério empregado, inclui-se nesse grupo imigrantes oriundos de regiões de cultura alemã como,

por exemplo, Áustria, Suíça, mino-
rias alemãs na Rússia, Polônia, etc.)
é menor que a italiana e portugue-
sa. Devido à ausência de um con-
trole sistemático da entrada e saída
de estrangeiros do país, os núme-
ros oscilam. Há fontes que indi-
cam que de 1824 a 1940 entraram
235.000 a 280.000 “alemães”. LIS-
BOA, Karen M. *Brasilien ist nicht
weit von hier*. Texto da exposição.
Berlin, Icbra. 2003. Segundo
Kellenbenz e Schneider, de 1846 a
1931, foram cerca de 170.000. Ver
MESSELE-WIESER, S. & WIESER,
L. *Neues Heimatland Brasilien.
Begleitband zur Ausstellung*.
Göttingen, Niedersächsische
Staats- und Universitätsbibliothek.
1993, p.9. Renaux refere-se a 350
mil de 1824 a 1889. ALENCASTRO,
Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza.
“Caras e modos dos migrantes e
imigrantes” In: ALENCASTRO,
Luiz Felipe de (org.). *História da
Vida Privada no Brasil*. Império, a
corte e a modernidade nacional.
Vol.2, São Paulo: Companhia das
Letras, 1999, p.317.

⁵ “Zu spät? Alldeutsche Blätter.
Mitteilungen des Alldeutschen
Verbandes (Berlin), Jg. 1896, *apud*
GRÜNDER, Horst (org.). *... da und
dort ein junges Deutschland
gründen*”, *Rassismus, Kolonien und
kolonialer Gedanke vom 16. Bis
zum 20. Jahrhundert*, München,
DTV. 1999, p.218 (grifo no origi-
nal). Sobre a Liga, ver infra nota
41. A questão da lei é mais com-
plexa. Aqui ela é interpretada como
uma proibição, ou melhor, um obs-
táculo para a imigração. Já Fouquet
e Hunsche defendem que ela não
impediu a imigração, mas sim
garantiu maior proteção ao imi-
grante, em resposta aos abusos que
as agências de emigração, as com-
panhias de transporte e os empre-
gadores (fazendeiros no Brasil)
cometiam contra os imigrantes. A
revolta de Ibicaba teria servido de
advertência. Com a lei, as conces-
sões aos agentes foram suspensas,
de forma que o transporte seria
então controlado pelo governo.
Complicava-se a atuação dos agen-
tes, mas garantia-se maior segu-
rança ao imigrante. Hunsche afir-
ma que a emigração não diminuiu,
muito pelo contrário, aumentou.
Mesmo assim, apesar destas apu-
rações, as palavras do *Alldeutscher
Verband* não deixam de ter sua com-
ponente ideológica – a questão era
aumentar a imigração de alemães
no Brasil. E, de fato, desde 1875 a
imigração italiana superava em nú-
meros todas as outras nacionalida-
des de imigrantes, o que, no entan-
to, não é consequência da lei. Cf.

A política colonial e imperialista vive seu início em 1884/1885, ainda na
gestão de Otto von Bismarck. Nessa fase, são instituídos os protetorados
(Schutzgebiete) na África e no Pacífico Sul que em pouco tempo foram administra-
dos como colônias. Apesar das dificuldades de extrair lucros relevantes dessas
colônias, a política imperialista, com Guilherme II, assume contornos mais ofen-
sivos. E nesse sentido as colônias de imigrantes alemães na América, com suas
nítidas diferenças em relação às colônias e protetorados na África e Ásia, ocupam
vital importância por serem entendidas igualmente como um prolongamento do
Império no além mar. Em 1896, a revogação do restrito de Heydt, que teria difi-
cultado desde 1859 a emigração de alemães ao Brasil, desperta o interesse de
compensar os anos tidos por perdidos. O *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermânica)
de Berlim pronuncia-se a respeito: devido às barreiras criadas pela lei,

não foram acrescentados novos insumos e forças alemãs, enfraquecendo seu caráter
alemão [deutsche Eigenart] e a possibilidade de exercer sua influência cultural
nas importantes transformações políticas pelas quais o Brasil estava passando
nos últimos anos. E acima disso, as regiões outrora destinadas aos alemães
foram tomadas no meio tempo por mais de um milhão e meio de italianos⁵.

Se não podem ser administradas como protetorados ou possessões coloni-
ais, as colônias de imigrantes eram potenciais mercados consumidores de produ-
tos alemães e representantes do reino alemão. O economista Robert Jannasch
chama a atenção para a importância das colônias alemãs no sul do Brasil com-
parando-as com o que ocorreu nos EUA. Lá os imigrantes da segunda geração
teriam se integrado com a população norte-americana, onerando a tarefa dos
alemães de outrora terem financiado a educação e a formação de seus “futuros
concorrentes”. Na opinião do economista, a Alemanha estaria apoiando o desen-
volvimento dos Estados Unidos, ao enviar “bons cidadãos” e numerosos trabalha-
dores diligentes e bem formados. A única região em que o germanismo
(*Deutschtum*) teria resguardado a sua “consciência patriótica” – e isto apesar dos
imigrantes estarem já na quarta geração – era na América Latina subtropical e
especialmente no sul do Brasil. Por isto, pleiteia o economista, esta região deveria
ser tratada com uma política econômica metódica, no sentido de obter lucros
deste mercado cheio de potenciais. Os grandes institutos financeiros, bancos e
companhias de seguro alemães deveriam abrir suas filiais. Caberia às empresas
alemãs participar na construção de estradas férreas e no beneficiamento das usi-
nas hidroelétricas. Enfim, os alemães deveriam “cultivar o *farost* do sul do Brasil
da mesma forma como os norte-americanos o fizeram com o oeste de seu país”⁶.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a perda das colônias na África e
no Pacífico Sul, no entanto, abala-se o sonho imperialista dos alemães. E as espe-
ranças alimentadas com o “revisionismo colonialista” na década de 1920, retoma-
das por Hitler, são finalmente enterradas na Segunda Guerra Mundial. Contudo,
as colônias de imigração continuavam a existir e a exercer simbolicamente uma
função de *Ersatz*, de substituição, ou pelo menos de consolo de que havia muitos
alemães no além mar, mesmo em países inimigos.⁷

Neste recorte temporal de cerca 50 anos, que inicia com a Alemanha impe-
rial, passando pela Primeira Grande Guerra e a conturbada República de Weimar,
terminando com a ascensão de Hitler, o nazismo e a Segunda Grande Guerra,
investigo os escritos de autores de idioma alemão, que discutiram a questão dos
movimentos migratórios alemães para o Brasil. Tratam-se de visões formuladas
por políticos coloniais, acadêmicos, literatos e jornalistas, migrantes e/ou viajan-
tes oriundos de diferentes regiões de língua e cultura “alemã”. Embora heterogêneos
em sua função e “categoria” de escritor⁸, viveram momentos históricos seme-
lhantes, pois foram testemunhas do que Hobsbawm denominou a “Era da Catás-
trofe”. Período marcado pela crise do Imperialismo, por duas guerras mundiais, e
por uma Europa cuja auto-imagem de ser o centro da civilização se confronta com
o próprio colapso de seus valores, sugerindo críticas e revisão. E todos eles têm

em comum o fato de terem visitado o Brasil, nação que se formou no contexto da expansão européia e que se configura geo-politicamente como espaço para projeções de ideologias e de práticas que reiteram o seu lugar de “periferia” bem como de utopias civilizacionais.

O Brasil como terra mais adequada para a imigração

Há várias opiniões que sustentam a idéia de o Brasil ser um dos países mais adequados para a imigração, se comparado com a África e os EUA. Segundo Moritz Lamberg⁹, testemunha do período, estas regiões seriam a longo prazo insalubres para a raça caucásica¹⁰ e que a Europa, demasiadamente preocupada com a África e Ásia, estaria deixando de se ocupar do Brasil, negligenciando as imensas vantagens que o país oferece para vários tipos de empreendimentos¹¹. E o Brasil oferecia a sua região meridional como a mais adequada para os europeus do norte. A dificuldade de imigrar para os Estados Unidos da América, questão que Moritz Schanz¹² também comenta na introdução de sua obra, tornaria o Brasil um país mais atraente ainda. Vallentin¹³, no início do século XX, reitera essas vantagens. Nos EUA, os alemães se “nacionalizam” e acabam sustentando a potência concorrente. Já no Brasil, abre-se um mercado consumidor, expande-se a indústria, encontram-se novos parceiros comerciais. E, se comparado com a África, também prevalecem vantagens. Aqui se investe num país que já possui uma infraestrutura e não como nas colônias africanas, onde é necessário partir do zero¹⁴. E vinte anos mais tarde, num período em que a Alemanha já havia perdido suas possessões africanas, o geógrafo Bernhard Brandt¹⁵ retoma o cotejo. Climaticamente o Brasil apresentaria vantagens imbatíveis e para o europeu ele seria menos insalubre que as terras tropicais africanas¹⁶.

Os fatores climáticos eram um argumento para firmar a idéia das vantagens do Brasil, porque sua parte meridional possibilitaria uma adaptação mais tranqüila para o alemão. O segundo argumento, do qual nem todos comentadores se servem, é o fato de já haver uma infra-estrutura no país, eximindo o investidor/colonizador de iniciar do nada (Vallentin). Já existiria uma organização comercial, social, institucional, política mínima para potencializar o projeto colonizador. Mas essa percepção não exclui imagens do “far-west”, sobre as quais se constrói um epos da imigração desbravadora num país onde “tudo” ainda tem que ser feito.

Apesar das vantagens que o país oferecia, o Brasil não seria para todos uma nova Canaã. Os apoios oficiais, de consulados a agências e empresas colonizadores, nem sempre eram tão eficientes¹⁷, tanto do lado europeu como brasileiro, reforçando o argumento de que o sucesso do imigrante dependia em grande parte das disposições individuais.

Nas análises acerca das melhores disposições individuais necessárias para que o colono imigrante tenha sucesso observa-se a diferenciação entre o imigrante urbano, o rural, o camponês e o indivíduo “culto”. A imigração rural é a que prometeria mais sucesso porém não servia para as camadas sociais mais cultas e formadas, advertem alguns autores. E exigia mais esforço físico. Em contrapartida a imigração urbana requeria maior preparo profissional e psicológico no sentido do imigrante passar pelo sacrifício de abandonar o mundo civilizado europeu¹⁸. Na maioria dos autores, a imigração rural é a mais aconselhada, tendo em vista porém que ela não é adequada para qualquer tipo de emigrante. Além disso, insiste-se no fato de o imigrante obter a sua propriedade, rejeitando as propostas em que o europeu deva ser um simples empregado numa fazenda¹⁹.

No livro de Hermann Ullmann, datado da década de 1930, enfatiza-se a idéia do Brasil como terra da promessa, onde ao imigrante é atribuído o papel de fundador, recuperando o gesto histórico e mítico da colonização européia no Novo Mundo. Ullmann explora a questão do europeu que deixa para trás a “civilidade” de sua pátria, e em contrapartida encontra um país “novo”, “jovem”, com inúmeras possibilidades e sobretudo “liberdade”. A nova terra oferecia seu espaço, e em virtude de sua ainda incipiente “formação”, evita que o imigrante pobre decaia socialmente. Acompanhem as idéias do autor:

HUNSCHE, Carlos Henrique. “Imigração alemã no Brasil”, In: *História da Imigração no Brasil, as famílias*. Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, 7. ed, s. d., p. 37 e 55.

⁶Robert Jannasch, *apud* Horst Gründer (org.), *op. cit.*, p. 220-221.

⁷RINKE, Stefan. *Der letzte freie Kontinent: Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen (1918-1933)*. Stuttgart, Verlag Klaus-Dieter Heinz/Akademischer Verlag, 1996, vol. 1, p. 291.

⁸Por razões de espaço não apresento informações bio-bibliográficas sobre os autores e tão pouco discuto aspectos teóricos sobre a literatura de viagem. Para mais, ver Lisboa, Karen Macknow. *Viajantes de língua alemã no Brasil. Olhares sobre a sociedade e a cultura (1893 - 1942)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História, FFLCH, USP, 2002.

⁹LAMBERG, Moritz. *Brasilien. Land und Leute in ethischer, politischer und volkswirtschaftlicher Beziehung und Entwicklung. Erlebnisse, Studien und Erfahrungen während eines zwanzigjährigen Aufenthaltes*. Leipzig, Hermann Zieger, 1899.

¹⁰Lamberg, *op. cit.*, p. 99-101

¹¹*Id.*, *ibidem*, p. 132

¹²SCHANZ, Moritz. *Das heutige Brasilien. Land, Leute und wirtschaftliche Verhältnisse*. Hamburg, W. Mauke, 1893.

¹³VALLENTIN, W. *In Brasilien*, Berlin, Hermann Paetel, 1909.

¹⁴Vallentin, *op. cit.*, p. 84-85, ver também Funke, *op. cit.*, p. 264

¹⁵BRANDT, Bernhard. *Kulturgeographie von Brasilien*, Stuttgart, s.e., 1922.

¹⁶Brandt, *Kulturgeographie...*, p. 26.

¹⁷Lamberg, *op. cit.*, p. 99-100, Brandt, *Kulturgeographie...*, p. 33-34. Para obter informações acerca das organizações alemãs de apoio para emigração ver o levantamento de KOTHE, Mercedes Gassen. “Organizações ligadas à emigração alemã para o Brasil”, *Textos de História*, Universidade de Brasília, 1993: 73-109.

¹⁸Ver Lamberg, *op. cit.*, p. 83, JACQUES, Norbert. *Neue Brasilienreise*, München, Drei Masken Verlag, 1925, p. 238.

¹⁹Ver também Lamberg, *op. cit.*, p. 98. A experiência da revolta de Ibicaba parece ter deixado fortes traços nos conselhos que os viajantes apresentavam aos leitores. Com a Lei de Terras (1850), as doações de lotes como política oficial do governo para incentivar e subsidiar a imigração foram de uma

Estes imigrantes mais recentes são em sua maioria uma escolha de tipo especial: oficiais e soldados austríacos, teuto-sudetos, alemães do Reich que não suportavam mais o seu país após 1918, cujos apuros espirituais e materiais os expulsaram; artífices e trabalhadores, filhos de lavradores e camponeses com imaginação e determinação (...). Quase todos tiveram que iniciar com o abandono da Europa, da educação européia, da formação, do conforto, do que há de civilidade. Mas não decaíram para o lugar onde, na Europa, a burguesia empobrecida acaba: no proletariado. Isso que é o determinante. Aqui [no Brasil] nenhum trabalho classifica. A vida oferece muitas possibilidades, e nunca se está no fim. (...) Estes [imigrantes] estão hoje muito mais à frente do que quando começaram. O ocaso europeu, do qual não tinham culpa, é passado – no máximo, de vez em quando, são torturados com a dúvida se de fato estavam falidos e se não deveriam ter agüentado mais um pouco. (...) Aqui dependem deles mesmos (...). Este país os rejeitou e no final os sustenta. Lhe são gratos por isto, o que os une de uma maneira muito especial ao país.²⁰

Não somente os alemães experimentam esse processo, mas também os italianos, poloneses e imigrantes de outras nacionalidades européias. Ullmann insiste muito na idéia do colono como formador (*Gestalter*) do país, em que o imigrante - visto como uma categoria “homogênea”, sem diferenciação de credo, posições políticas, classe social, profissão -, assume o papel de fundador e criador, reforçando a imagem do vazio cultural e civilizacional. Este tipo de convívio com uma nova pátria é o mais intensivo que se pode ter, sugere o autor. Na Europa, a nação já foi formada pelos ancestrais. Nos países “jovens”, esta tarefa está sendo feita pelos filhos e netos dos habitantes. “E é nisto que repousa o acento especial: na participação ativa em algo futuro, que somente se vislumbra, na imaginação, em grandes dimensões”. Apesar da crise, sobretudo nas cidades grandes, que têm mais contato com a Europa, como, por exemplo, São Paulo, o sentimento para o futuro é mais forte e dá, mesmo a estes que estão com dificuldades, ânimo. Não obstante os problemas, está-se constantemente “produzindo otimismo”²¹.

Com essas palavras Ullmann toca em aspectos que são centrais na discussão sobre a imigração e projetos colonizadores. Em primeiro lugar, é a imagem do imigrante europeu como fundador/formador de algo novo. Esta questão, como veremos, sofre um detalhamento quando referida à participação do alemão na construção da nação brasileira. Um segundo ponto é a discussão acerca da ligação do imigrante com o país receptor. Ou seja, até que ponto que o imigrante permite a assimilação ou não. E, por fim, a idéia de o Brasil ser um país de perspectivas, de futuro, em oposição à velha e culta, porém, saturada Europa. Idéia, aliás, que intitula a obra de Ullmann, publicada antes do *Brasil, um país do futuro* de Stefan Zweig²².

O imigrante alemão acima de todos

Outra questão que se evidencia nestes escritos é a crença na superioridade do imigrante alemão em relação aos outros imigrantes, sobretudo, aos italianos, numericamente mais representativo. Utilizando-se de argumentos semelhantes e descrições comportamentais mais ou menos detalhadas, esses autores procuram convencer o leitor da tautologia acerca da supremacia germânica. Vejamos alguns exemplos em que uma visão tributária do amplo e diversificado pensamento racista típica do período se manifesta:

Lamberg, cujas observações são do final do século XIX, apura que em termos numéricos, os alemães²³ aparecem em terceiro lugar, sendo precedidos pelos italianos e portugueses. Apesar de populacionalmente inferiores²⁴ aos outros dois grupos, Lamberg acredita que eles possam, por serem trabalhadores e calmos, contribuir mais do que os italianos para o progresso econômico e moral do país²⁵. E culturalmente não são menos relevantes que outras nações, mesmo em relação aos portugueses, grupo mais representado e de maior poder de pene-

maneira geral proibidas. Se antes o colono poderia receber um lote que podia chegar a 70 ha, depois de 1850 somente havia formas de comprar terras, em tamanho menor (25 ha), o que sustentou uma política de empréstimos dos agenciadores e de empresas colonizadoras criando o endividamento dos imigrantes proprietários.

²⁰ ULLMANN, Hermann. *Land der Zukunft. Reise in Brasilien*, Jena, Eugen Dietrichs Verlag, 1937, p. 41.

²¹ *Id.*, *ibidem*, p. 40-43

²² Para um comentário sobre o título do livro de Zweig, q. v. K. Lisboa, “Breve comentário Bio-bibliográfico.” *Olhares...*, op. cit.

²³ Lamberg não é específico quanto ao termo “alemães”. Como em outras passagens refere-se a suíços e austríacos, é de se supor de que quando fala de alemães esteja pensando em *Reichsdeutsche* (alemães do Reino) e não em “*Volksdeutsche*”, ou seja, do “povo alemão”.

²⁴ Lamberg, *op. cit.* p. 73. De fato, comparado com outras nacionalidades, o contingente de imigrantes alemães é bastante pequeno. De 1850 a 1916, representam 7 % do total de imigrados. Cf. MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. “Os imigrantes alemães e a questão da cidadania”. *Textos de História*, Universidade de Brasília, 1993:50-72, p. 52.

²⁵ Lamberg, *op. cit.*, p. 98.

tração na sociedade²⁶. Mas a grande contribuição dos alemães seria para a economia agrária: Lamberg não hesita em creditar aos colonizadores alemães no Brasil o papel de fundadores: ao seu ver, foram eles que introduziram o estamento de pequenos proprietários lavradores (*kleiner Bauernstand*), confiáveis, diligentes e que se fixam na terra. Somente “muito depois” deles vieram os italianos e eslavos, contribuindo para o aumento da camada de pequenos lavradores e da pequena burguesia, que sem os imigrantes jamais teria se formado nesse país²⁷.

Também é Lamberg que relaciona o aumento da criminalidade em São Paulo e Rio de Janeiro à numerosa presença de italianos que, não indo para as fazendas do interior e ficando nas cidades, não estariam contribuindo “materialmente” e “moralmente” para o país. Além disso, a metade dos imigrantes pretende retornar para a Europa, assim que atingirem seus objetivos²⁸.

Funke sente-se autorizado para refletir sobre a imigração, pois está há 30 anos envolvido na questão²⁹. Analisando a imigração na década de 1920, pondera que os alemães não gostam de vir para o Estado de São Paulo. Não se adaptam às condições de trabalho, como o italiano ou o espanhol. Estes aceitam qualquer condição: a moradia nas ex-senzalas, vivem de farinha e feijão, como antes viviam de polenta, vendem suas galinhas e carne e guardam o dinheiro para comprar um rancho. Renunciam a todas necessidades culturais. O alemão jamais agüentaria tal “humilhação”. Justifica isto pela sua superioridade cultural em relação aos outros imigrantes (italiano, espanhol, polonês, ucraniano etc.) e mesmo aos fazendeiros. Apesar de o autor reconhecer em São Paulo um grande potencial econômico, não acredita ser uma região indicada para o imigrante alemão. Este melhor se adaptaria no sul do país³⁰. E no meio rural, igrejas e escolas contribuía para evitar que os colonos se “barbarizassem”.³¹

A idéia da superioridade do colono alemão apresenta-se em Ullmann, viajante já do período nazista, sob mais uma faceta. A seu ver, a formação do Brasil é marcada pelos movimentos migratórios em geral, emprestando à sociedade brasileira um caráter de nomadismo. Primeiro foi o caso dos índios: acudados na costa, fugiram para o interior; depois, as migrações voltadas aos pólos econômicos e o tráfico negreiro interno; por fim, a colonização de imigrantes nos estados do sul. O Brasil desde seu início vive no “desassossego e nomadismo”. O que continuaria, acelerado pelas tecnologias modernas³². “O povo inteiro está sempre pronto para se deslocar, e essa mobilidade age como uma colonização interna assistemática e como fermento que gera a unidade do país”³³.

Mas a passagem desse nomadismo para uma vida por assim dizer sedentária, segundo Ullmann, sucede-se graças à presença dos imigrantes europeus, sobretudo das mulheres. Numa sociedade da “promiscuidade das raças”, como era, a seu ver, a luso-brasileira, em que o papel das mulheres se reduz ao de mãe e amante, e em que o “nomadismo” as exclui de vários aspectos da vida social, a mulher imigrante age como um “contrapeso”, explica o autor. Graças a ela, foi introduzida uma outra “medida”, um outro critério, opondo-se ao costume da dupla moral e do comportamento ambíguo dos homens (dentro de casa é cheio de pudores e rigoroso, fora de casa, sexualmente promíscuo). É ela que empresta estabilidade à colônia, sendo um personagem imprescindível no sucesso a longo prazo da colonização. “Com ela inicia-se a passagem da terra colonial e do nomadismo para a própria construção”.³⁴

Também nesse processo, ao alemão é atestado um caráter de destaque: entre os imigrantes, ele seria (e agora se refere ao alemão no geral e não à mulher em particular) o mais “sedentário” de todos. Em outras palavras, ele ocuparia o papel mais representativo no processo de construção da economia e sociedade do “novo” país, conforme o autor designa as nações na América. Comparando com outros estrangeiros que vivem no Brasil, assevera que americanos e ingleses estavam somente em postos de comando; mas como povo inteiro, do artesão e camponês ao administrador, estariam mais alemães do que italianos, pois seriam menos “sedentários”.³⁵

²⁶ *Id.*, *ibidem*, p. 72-74

²⁷ *Id.*, *ibidem*, p. 73. Ver também Schanz, *op. cit.*, p. 221, 246. O autor se refere aos alemães como dotados de maior solidez, mais confiável do que o italiano. E lamenta que a imigração alemã esteja numericamente em declínio.

²⁸ Lamberg, *op. cit.*, p. 98

²⁹ FUNKE, Alfred. *Brasilien im 20. Jahrhundert*, Berlim, Reimar Hobbing, 1927, p. 264. Na qualidade de “Kolonialpolitiker”, Funke deixou ampla obra em que tematiza a questão da imigração na América do Sul.

³⁰ *Id.*, *ibidem*, p. 271-72.

³¹ *Id.*, *ibidem*, p. 404 e 411-412. Vale indicar que Funke conhecia a obra de Oliveira Vianna, com quem dialoga. Além de acolher a idéia de que no português do início da colonização corria sangue germânico, o que explicaria o seu sucesso na conquista do novo mundo, prioriza a imigração dos povos germânicos em detrimento aos latinos. A esse respeito, ver Lisboa, K. M. *Viajantes ... Op. cit.* p. 65-66.

³² Ullmann, *op. cit.*, p. 85

³³ *Id.*, *ibidem*, p. 92

³⁴ *Id.*, *loc. cit.*

³⁵ *Id.*, *ibidem*, p. 92-3.

Ullmann visita a região de Blumenau, de colonização mais recente. Fica impressionado com a obra colonizadora, com a força destes homens para desbravar a natureza³⁶. E conclui que diante das dificuldades causadas pela terra e o clima, e a ineficiência administrativa do país, é incrível como a colonização avança, apesar do baixo contingente de novos imigrantes. No entanto, nota-se a falta de um “grande projeto”, critica o autor. Isto se manifesta na degradação ambiental. O desmatamento descontrolado dos morros causa erosões e quando há chuvas, os vales sofrem enormes alagamentos. E pergunta: “Não estaria já se anunciando o fim de uma economia depredadora? E já muito antes de se ter aproveitado as imensuráveis possibilidades do país por meio de uma investigação e exploração planejada”. Infelizmente, a perspicácia do autor de vislumbrar a degradação ambiental e de associá-la à própria conduta colonizadora não resulta numa proposta mais consistente. Blumenau e sua hinterlândia são elogiados: “(...) no meio desse continente assustadoramente amorfo, há um pedacinho de terra formado. Isso é razão suficiente para incitar inveja e hostilidade”, sugere o autor.³⁷

A imagem do vazio civilizatório reforçado pela pujança da natureza parece esconder o desejo de querer recuperar o tempo perdido da corrida imperialista alemã. Retoma-se a saga da colonização: a uberdade da natureza selvagem, a necessidade do homem forte de dominá-la e, depois, a implantação da cultura da terra e do espírito (igrejas, escolas, jornais, associações). Paralelamente imprime-se a imagem do alemão como culturalmente superior aos demais europeus, sobretudo italianos. Essa suposta superioridade endossa por um lado a imagem do sucesso, provocando o ciúmes e a rejeição destes que não são integrantes desta comunidade, conforme esclarece Ullmann e, ao mesmo tempo, gera problemas de integração e adaptação na sociedade brasileira.

Esse seria o outro lado da moeda: se há uma crença na superioridade, justifica-se a endogamia, o fechamento étnico para preservar esse suposto lugar de primazia. O historiador René Gertz lembra que desde o início da colonização, na década de vinte do século XIX, os alemães foram acusados pelos “lusobrasileiros” de “não-integração”. E nesse sentido teriam sido vistos como anticidadãos brasileiros pela sua falta de miscigenação, pela sua conservação da língua, dos costumes e de sua cultura em geral. Essa tendência se agrava com o acirramento da corrida imperialista entre as nações hegemônicas no Velho Mundo³⁸. E do lado brasileiro, se ao longo do século XIX, a maior preocupação da política imigratória girava em torno da ocupação territorial e da solução da questão da mão-de-obra, na República ela torna-se uma questão nacional em que a assimilação do europeu e o branqueamento do brasileiro serão os maiores desafios e geradores de conflitos.³⁹

O “perigo alemão”, germanismo e teuto-brasilianismo

No final do século XIX, com a entrada tardia da Alemanha na corrida imperialista em regiões africanas e asiáticas, cria-se nos países europeus o medo de que a Alemanha poderia anexar suas colônias na América. Os franceses, diante da derrota na Guerra Franco-Prussiana, foram os principais divulgadores desta preocupação, rapidamente absorvida pelo imaginário político e social brasileiro. As colônias alemãs, sobretudo as do sul, poderiam ser uma porta de entrada para uma política de dominação no Brasil. Vários acontecimentos corroboraram para aumentar o medo do “perigo alemão”⁴⁰, que se agravou com a Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha torna-se nação inimiga. Neste período, o repúdio aos alemães era mais expressão da sociedade do que do governo e resposta a um sentimento patriótico e nacionalista representado pelos imigrantes. Certas organizações, como a Liga Pangermânica⁴¹ (*Alldeutscher Verband*), davam espaço para a representação oficial desta postura pró-Alemanha. Com a ascensão do nazismo, a questão do “perigo alemão” toma mais fôlego, em virtude dos projetos de “regermanização” da população de origem alemã (*Volksdeutsche*)⁴². A entrada do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Grande Guerra, o imperialismo e a

³⁶ *Id.*, *loc. cit.*, p. 97-98.

³⁷ *Id.*, *ibidem*, p. 101-102.

³⁸ GERTZ, René. *O perigo alemão*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1991, p. 13-15.

³⁹ Seyferth, *op. cit.*, p. 310.

⁴⁰ Seyferth menciona alguns episódios que desencadearam reações na opinião pública brasileira: o apoio aos ingleses na Questão Christie (1863), em matéria veiculada pelo *Deutsche Zeitung*, as opiniões defendidas no jornal de Blumenau, *Der Urwaldsbote* e a criação do *Volksverein* (1900), e os incidentes com o caso do navio de guerra Panther (1905) bem como a promulgação da Lei Delbrück (1913) que permitia a dupla cidadania para filhos de emigrados. *Op. Cit.*

⁴¹ Fundado em 1891, o *Alldeutscher Verband* objetivava fomentar a política colonial do império alemão assim como achar formas para ampliar o *espaço vital* (*Lebensraum*). Como estratégia indireta de assegurar acordos econômicos nas nações estrangeiras, tentava projetar um forte sentimento nacionalista nos “*Auslandsdeutsche*” (alemães do exterior), conceito criado pela Liga. A Liga financiou empresas e colaborou para a manutenção de escolas, associações e igrejas. Igualmente ampliou a imprensa de idioma alemão. Integrada por nacionalistas radicais, era a favor da endogamia, defendendo doutrinas raciais. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, “Os imigrantes alemães e a ...” p. 56-57.

⁴² Para mais, ver Seyferth, *op. cit.*, p. 306.

agressividade da ditadura de Hitler, desentendimentos diplomáticos entre Brasil e Alemanha em 1938, a propaganda britânica e norte-americana chamando a atenção do grande número de alemães no Brasil e publicações que sugeriam a real existência do perigo, contribuíram para a sustentação do medo de uma possível invasão alemã no Brasil. Não existem porém provas de um plano de governo, de Bismarck a Hitler, para realizar a anexação de alguma região brasileira, no caso, a mais cogitada seria a do sul. O “perigo alemão” era, por fim, veiculado pela imprensa brasileira e sul-americana, por livros acadêmicos e panfletos, e tratado como uma preocupação em discursos de autoridades brasileiras⁴³. E como seria de se esperar, grande parte de nossos autores, referem-se ao assunto e concordam de que o temor ao “perigo alemão” era um grande exagero. Vejamos a seguir, com mais detalhes a opinião de alguns autores a esse respeito⁴⁴.

Como vimos acima, o fotógrafo Lamberg, observador do final do século XIX e que viveu por mais de duas décadas no Brasil, atribui aos imigrantes alemães um papel fundamental no desenvolvimento da economia agrícola do país, além de serem “culturalmente importantes”. Apesar disso, não considera terem eles alguma força política e que as associações, escolas, igrejas emprestariam ao colono certo sentimento de pertencimento (*Zugehörigkeit*), mas não seriam suficientes para articular uma frente coesa. Além dessa incapacidade de se unir, embora mantenham a sua língua nacional, costumes e hábitos bem como resguardem certa lealdade para com sua antiga pátria, apresentavam vivo interesse pelo que estava acontecendo política, social e economicamente no novo país. Em suma, diante dessas constatações, o “*Deutschtum* (germanismo) jamais será aqui um fator, com o qual as autoridades precisam se preocupar”, conclui o autor⁴⁵.

Por ora importa salientar que aos olhos de Lamberg os alemães não formam uma maioria articulada, capaz de ameaçar ou rejeitar a soberania da nação brasileira. E se os brasileiros desconfiam dos alemães e temem alguma atitude mais radical, isso não seria consequência de seu suposto isolamento cultural, mas devido a uma postura arrogante, segundo a qual, os brasileiros eram motivo de chacota e piada. O que, aliás, não era exclusivo dos alemães, segundo o autor. Os franceses padeciam do mesmo defeito. Certamente os brasileiros mereciam críticas, advoga Lamberg, mas esta deveria ser feita com cuidado e em consideração ao fato de que para avaliá-los não se poderia empregar os mesmos critérios válidos para as “nações de muitos séculos e com um estado bem sendimentado”⁴⁶.

A posição de Funke quanto ao “perigo alemão” também não deixa dúvidas: considera o medo dos brasileiros de tornar o sul do país num protetorado alemão um “enorme exagero”⁴⁷. Vale lembrar que as observações de Funke datam da década de 1920, quando a Alemanha já se havia despedido de seu sonho imperialista além-mar. E no Brasil, a reação aos conflitos de ordem mundial causou um impacto direto na sociedade brasileira, interferindo na vida dos alemães.

Funke critica a postura do colono que quer reproduzir a vida alemã no Brasil. “O erro básico do trabalho alemão no exterior é o desejo de querer manter as formas alemãs em solo estrangeiro”⁴⁸, corroborando as acusações dos luso-brasileiros contra os imigrantes alemães. O observador é a favor da adaptação do estrangeiro imigrante no país no sentido de absorver novas formas de vida, que sejam mais adequadas. Funke aposta na criação de um segmento próprio de teuto-descendentes que, baseados em suas experiências, se “libertem” material (o que já está ocorrendo) e mentalmente da mãe-pátria, para seguir seu próprio caminho. Um aspecto no entanto precisa ser preservado: a língua alemã. Ele averigua que, em várias localidades de origem alemã, ela está em processo de desaparecimento, dando espaço ao português. “Os costumes não-alemães penetram por meio da língua nos lares alemães”, alerta Funke. Segundo seu prognóstico, o idioma alemão somente ainda será falado nas igrejas, escolas, associações e no comércio como “língua instrumental”. Nesse processo não consegue mais se referir a um “*Deutschtum*” no Brasil e sim a um crescente “*Deutschbrasilianertum*”, em que as origens germânicas se misturam com as brasileiras, criando algo novo. No entanto, em termos de identidade cultural, a origem alemã precisa ser preservada, atestando seu irrompível germanocentrismo.

⁴³ Priscila Ferreira PERAZZO, *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo, Divisão do Arquivo do Estado, 1999. Para mais detalhes ver René Gertz, *op. cit.* e Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, *Pangermanismo e Nazismo, a trajetória alemã rumo ao Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp/Fapesp, 1998.

⁴⁴ Schanz, *op. cit.*, p. 257, Lamberg, *op. cit.*, p. 74, Funke, *op. cit.*, p. 264, Brandt, Wolfgang HOFFMANN-HARNISCH, *Brasilien, Bildnis eines tropischen Grossreichs*, Hanseatische Verlagsanstalt, Hamburg, 1938, *op. cit.*, p. 371-72.

⁴⁵ Lamberg, *op. cit.*, p. 74

⁴⁶ Lamberg, *op. cit.*, p. 78.

⁴⁷ Funke e Sellin teriam sido advertidos por um congressista no Rio, que os acusaria de quererem transformar o sul do Brasil em protetorado alemão. Funke, *op. cit.*, p. 264. Sellin, um dos líderes da colônia Dona Francisca, atualmente Joinville, criticou o tratamento que o governo brasileiro dispensava aos imigrantes e divulgou na imprensa local opiniões contrárias a política brasileira. Cf. Magalhães, *Pangermanismo ...*, p. 85 e 121.

⁴⁸ Funke, *op. cit.*, p. 371-72.

Funke acredita que o teuto-brasileiro consciente e seguro de si possibilitará aos seus filhos uma estadia na Alemanha, para lhes mostrar que lá “joram fortes fontes de vida, cujas forças jamais serão extenuadas.”⁴⁹

No entanto, quando se refere ao que ocorreu na Primeira Guerra Mundial, é um tanto omisso em relação à radicalização que houve no meio dos imigrantes alemães, com o objetivo de apoiar publicamente a Alemanha, nação inimiga no contexto da guerra. Funke enxerga somente o lado “alemão”, criticando a reação das autoridades e da sociedade brasileira, cujas interdições oficiais teriam prejudicado o “*Deutschbrasilertum*”, como a proibição do uso da língua alemã em cultos religiosos e o fechamento de escolas alemãs⁵⁰. Embora tenha sido uma interrupção passageira, pondera o autor, ela desestabilizou o “teuto-brasilianismo”. Para evitar esse afinamento cultural seriam necessárias escolas com professores que dominem o alemão. E a igreja deveria oferecer cultos e missas em alemão. Funke retoma aqui os pilares para a sustentação do “*Deutschtum*”: a escola e a igreja. Grande parte das famílias de imigrantes era protestante, para quem a alfabetização é imprescindível para a formação religiosa, que dependia da leitura da Bíblia. O fato do protestantismo se diferenciar da crença da maioria, o catolicismo, e de ser uma religião fundada por um alemão, deu-lhe um poder de integração e identidade cultural, circunscrevendo a própria idéia de “germanidade”.⁵¹

A preocupação de Funke no final da década de 1920 com a perda da língua alemã e a descaracterização paulatina do *Deutschbrasilertum* como conseqüência da assimilação e mistura de descendentes alemães com brasileiros é retomada por Hans Henning von Cossel, chefe do NSDAP (Partido Nacional-Socialista Alemão) para todo o Brasil. Em seu breve artigo intitulado “Eine Reise durch das *Deutschtum* in Brasilien”, publicado em 1935 pelo *Verband Deutscher Vereine im Ausland*, traça uma visão geral da situação do germanismo no Brasil, sobretudo na parte meridional, incluindo São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. O autor verifica que a cultura, língua e identidade com a pátria original se mantiveram em várias regiões (na cidade de São Paulo, por exemplo, podia-se tranquilamente viver sem falar o português), o que, no entanto, não era garantia de que o *Deutschtum* não estivesse ameaçado de extinção.

Já Blumenau representava para Cossel o centro do *Deutschtum* no Brasil, onde mal teria ouvido uma palavra em português. Mesmo os poucos negros falavam alemão e se sentiam “teutônicos”. Os habitantes apresentavam com “orgulho” os seus filhos já na quinta geração, cuja “pureza racial (*rassisch*) e de ascendência (*völkisch*) preservou-se.” A sua pátria (*Heimat*), no entanto, era o Brasil. Mas a noção de pertencimento cultural é alemão e baseia-se na herança sangüínea: “Um laço formado pelo mesmo sangue e a mesma tradição, a mesma cultura e a mesma mentalidade (*Geisteshaltung*). E uma vez reconhecido este laço, será fácil retomar o caminho para os nossos irmãos no longínquo Brasil”⁵². Baseado na crença dessa conexão o autor quer resgatar os habitantes de origem alemã que se afastaram da cultura germânica. Este era o caso de Curitiba e São Leopoldo, para citar alguns exemplos que afligiam o observador nazista. Segundo sua percepção, o “problema” era o “alemão com hífen”, isto é, o teuto-brasileiro.⁵³ Este teria que ser reabsorvido pela “comunidade sangüínea”, reafirmando o que o *Alldeutscher Verband* teria preconizado no final do século XIX e que teria sua contigüidade no anseio de “regermanização” dos nazistas. Mas Cossel não sugere um projeto mais específico, pelo menos não nesse artigo. Faz somente sugestões mais gerais. Para que o *Deutschtum* seja preservado seria necessário criar um elo entre os alemães e fortalecer os aspectos econômicos e culturais. E neste sentido, concordando com Funke, acredita que os veículos mais importantes para a realização dessa tarefa era o fortalecimento da escola e da igreja⁵⁴. Cossel quer garantir por esses meios que o imigrante alemão preserve a identidade germânica, sem experimentar uma assimilação da cultura receptora. Já Funke percebe que a assimilação e a resignificação cultural são inevitáveis e por isso é necessário fortalecer os meios para que a parte germânica do híbrido “*Deutschbrasilianer*” não se perca e que dessa maneira a especificidade dos teuto-brasileiros seja mantida.

⁴⁹ Funke, *op. cit.*, p. 365-66.

⁵⁰ Oficialmente, o governo proibiu o uso da língua alemã em público, a publicação de impressos em alemão, e muitas associações foram fechadas. Houve também boicotes por parte da população contra comerciantes de origem alemã e conflitos abertos, como quebra-quebras e agressões físicas. Magalhães, “Os imigrantes alemães...” p. 67. Seyferth, *op.cit.*, p. 305-06.

⁵¹ *Id.*, *op. cit.*, p. 66.

⁵² COSSEL, H.H. von, “Eine Reise durch das *Deutschtum* in Brasilien”, in: *Wir Deutsche in der Welt*, editado pelo Verband Deutscher Vereine im Ausland, Berlin, Otto Stollberg, 1935, p. 49-62, p. 56, (grifo no original).

⁵³ *Id.*, *ibidem*, p. 54

⁵⁴ *Id.*, *ibidem*, p. 61.

Decadência nos trópicos

Lamberg, como vimos acima, confere aos alemães o papel de “fundadores” de um estamento de pequenos proprietários lavradores, diligentes e responsáveis, e de serem importantes contribuintes para a cultura e o desenvolvimento deste “incipiente” país. Visão que se repete em Schanz, Funke e Ullmann. A ela se acrescentam as opiniões que advogam a superioridade do colono alemão em relação aos de outras nacionalidades, sobretudo ao italiano. A essas imagens enaltecidas do imigrante alemão, opõe-se, porém, a da decadência e degeneração. O próprio Lamberg observa o ocaso do alemão e do suíço (mais do que dos ingleses e franceses) nos trópicos⁵⁵. Suas conclusões emanam do que viu no nordeste brasileiro. Segundo seu testemunho, os imigrantes trabalham mais que na Europa e acabam tendo pouco lazer e descanso. A ausência de passeios, por causa do excessivo calor, e o exagerado consumo de bebidas alcoólicas tornam-se razão para doenças incuráveis e mortes precoces⁵⁶. Lamberg recusa as teorias de ameaça climática ou de insalubridade dos trópicos. Para ele, o europeu precisa se adequar ao clima: não comer e beber em demasia, dormir cedo, tomar muitos banhos frios. Com o comportamento certo, possíveis perigos seriam evitados⁵⁷.

No entanto, esta opinião não era unânime. Mesmo em meados da década de 1930, a discussão da adaptabilidade do europeu ainda ocupava as cabeças em certos meios. Na „Pequena Viagem ao Brasil”, Stefan Zweig registra o comentário de um interlocutor, um homem “culto, versado, muito inteligente”, um “cosmopolita” que vivia em Nova York. Leiamos suas palavras:

Ele está pessimista a respeito do Brasil. Acredita que a natureza, com seus insetos roedores de madeira, é invencível, e que os europeus não podem ficar lá por mais de dois anos sem comprometer a saúde: a perda de líquido do corpo, os raios ultravioleta, tudo isso parece realmente roer a pessoa e todos me confirmam isso (...)”⁵⁸.

A idéia da decadência do imigrante no Novo Mundo se apresenta derradeiramente no relato do escritor expressionista Paul Zech⁵⁹. Salvo um longo capítulo em que narra a história de uma colônia – no Uruguai – formada por refugiados da Europa nazista, enaltecendo o processo de construção e de luta dessas famílias contra as agruras da natureza, a grande maioria dos europeus, predominantemente alemães, que caracteriza em seu relato-ficção, formam uma galeria de caricaturas grotescas e moralmente decaídas. O exemplo paradigmático encontra-se no subcapítulo intitulado “Der Mann ohne Gesicht” (O homem sem face), em que explora a decadência física: em um hospital do Rio de Janeiro, conhece um alemão, que sofre de um mal incurável em que a pele se deteriora, algo ainda pior que a lepra. O homem foi examinado por numerosos médicos, especialistas, estudiosos vindos da Europa. Segundo Zech, para essa doença da “mata-virgem” não havia diagnóstico. Atacou-lhe o rosto, daí a vítima ser chamada pelos outros pacientes de “o homem sem face”. Ele foi garimpeiro, fez fortuna, comprou uma botocuda (isso em torno de 1920!), ficou doente e agora definha num hospital. Lembrando da trágica vida de Aleijadinho, Zech traça um paralelo entre os dois destinos, sugerindo que as montanhas escuras de Ouro Preto, tão ricas em ouro e diamantes, espalham esplendor e sofrimento na mesma medida⁶⁰.

Um outro personagem emblemático para denotar a decadência moral do imigrante alemão é o “ex-patrão” de um motorista de táxi negro. Segundo Zech, o motorista teria aprendido com o ex-chefe um pouco de alemão, trabalhando como mordomo, cozinheiro, motorista e “cão de guarda”. Este “digníssimo senhor” alemão teria aderido ao nazismo. Antes disso fora agenciador de imigrantes, sobretudo alemães, dos quais extorquia dinheiro vendendo terras que somente existiam nos prospectos. Voltou para a Europa bem enriquecido. Na despedida, no cais do porto do Rio de Janeiro, sete belas mulheres, todas “morenas cor de chocolate”, acenavam com lenços e erguiam nos braços os seus filhos.⁶¹

⁵⁵ Schanz, por exemplo, afirmava que mesmo descendentes de alemães, já na segunda ou terceira geração perdiam a energia de seus antepassados e muitas vezes tornavam-se mais apáticos que os brasileiros. Op. cit.

⁵⁶ Lamberg, op. cit., p. 76

⁵⁷ Id., *ibidem*, p. 80-1.

⁵⁸ ZWEIG, Stefan. “Pequena viagem ao Brasil”, *Encontros com homens, livros e países*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1938, p. 166.

⁵⁹ ZECH, Paul. *Südamerika: Alles und Nichts. Eine nicht ganz einfache Reise ins Blaue hinein*. 2 vol. Mimeo, 1935/1942. SAdK, Berlin, Arquivo Paul Zech. Agradeço a Bert Kasties que me cedeu os direitos autorais para citar passagens da obra manuscrita de Paul Zech.

⁶⁰ Zech, op. cit. v. II, p. 330-337.

⁶¹ Id., *ibidem*. v. II, p. 435-36.

Nos dois casos, a assimilação é associada a relações com mulheres por assim dizer nativas, um gesto a favor do branqueamento que ao mesmo tempo revela atitudes machistas e amorais. Há a subversão da lei e dos costumes, pois há escravização da mulher e poligamia. A mulher indígena, que antes servia de amante e depois de enfermeira, suicida-se quando lhe recusaram acompanhar seu senhor para o hospital; as morenas “achocolatadas” são abandonadas no cais. Ambos os homens enriqueceram. O garimpeiro adoeceu pouco antes de voltar para Europa. Estava há 17 anos internado no hospital, gastando sua fortuna na tentativa de salvar seu rosto. O outro, retornou rico para a terra pátria, a Alemanha nazista.

Considerações finais

Nesse breve panorama somente foi possível demonstrar fragmentos de uma questão evidentemente muito mais abrangente do que aqui se apresenta. Mas ele talvez tenha permitido revelar a continuidade de certas questões recorrentes dos escritos de alemães sobre o Brasil: a especificidade do imigrante alemão na história da imigração, a sua contribuição positiva para a formação da nação brasileira, o seu conflito diante da assimilação e integração na sociedade receptora, o seu etnocentrismo aliado a fortes preconceitos contra outras etnias, o seu esforço em preservar a sua identidade cultural com o que era “alemão”, mesmo tendo o Brasil como pátria. São questões formuladas em livros de viajantes ou de emigrados voltados em primeiro lugar a um público leitor transnacional de língua alemã com o objetivo de afirmar a sua obra colonizadora no além-mar, num contexto de ascensão e queda do Imperialismo. E nesse sentido, cabe reiterar a sua função como gênero literário no sentido de estes livros estarem produzindo discursivamente as “periferias” para reforçar a formação nacional e a construção da identidade “alemã”. Entre os autores ora comentados somente um vai na contra-mão dessa narrativa com os seus personagens de migrados alemães grotescos e moralmente decaídos. Metáfora da decadência da cultura alemã, das influências perniciosas dos trópicos, e dos “excrementos” que a Europa criou nos espaços para além de suas fronteiras, lembrando o desencantamento do viajante Lévy-Strauss, essa imagem ficou porém na retaguarda. O que prevaleceu, pelo menos nestes livros, é a nada ingênua idéia de que um “pedacinho de Europa” (Ullmann) germânica se impôs no longínquo Brasil.

Artigo recebido em 24/06/2008 e aprovado em 12/12/2008.